

INVOCAÇÃO DE DIREITOS



Associação Mutualista

Montepio

Juntos por todos

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Informação relativa ao presente formulário para contacto e exercício de direitos:

Com o preenchimento e envio do presente formulário, o Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM), entidade responsável pelo tratamento dos dados inscritos, registará e procederá ao tratamento do nome, número de Associado, NIF e endereço de *email* dos quais é titular, bem como da mensagem que coloque no campo de texto existente para o efeito, para efeitos de estabelecimento de prestação da informação devida e/ou envio de resposta quando, por esta via, exerça os seus direitos enquanto titular de dados pessoais, tendo as operações de tratamento a realizar por fundamento de licitude o cumprimento de obrigações legais do MGAM.

Nesse sentido, o fornecimento do seu nome e *email* é necessário para o estabelecimento do contacto via *email* solicitado por si.

Todos os campos assinalados com "*" são de preenchimento obrigatório, para que o MGAM possa contactá-lo via *email* e esclarecer as suas questões.

O fornecimento do seu NIF e número de Associado servirá para verificar a sua qualidade de Associado e facilitará a resposta ao concreto pedido que coloque.

Os demais dados são necessários para verificação da sua identidade e da qualidade de titular de dados pessoais pelos quais o MGAM possa ser responsável.

Caso não seja Associado/a do Montepio Geral – Associação Mutualista deverá efetuar a invocação de direitos através de *email* para AMMontepio_ProtecaoDados@montepio.pt ou carta para a morada:

Montepio Geral Associação Mutualista
Gabinete de Controlo Interno
Rua do Ouro 219 -241
1100-062 Lisboa

Sem prejuízo, poderão ser-lhe solicitados, aquando da resposta, dados adicionais para verificação da sua identidade enquanto titular dos dados ou para melhor prestação de resposta ao seu pedido.

Os seus dados, facultados pelo presente formulário, incluindo o campo de escrita livre, serão conservados pelo menos durante o período de vigência da relação contratual, caso seja Associado, podendo ser conservados dados até ao fim dos prazos de prescrição de qualquer ação judicial relativa à celebração e execução de qualquer relação jurídica estabelecida com o MGAM, nomeadamente a relação associativa, incluindo o vínculo relativo a modalidades de benefícios subscritas ou relações relacionadas com programas de vantagens ou de saúde que sejam concedidas pelo MGAM ou ao abrigo de protocolo com este celebrado, sem prejuízo de outros prazos de conservação comunicados quanto a concretas operações de tratamento, nomeadamente para cumprimento do artigo 40º do Código Comercial português.

O MGAM poderá transmitir os seus dados pessoais a autoridades judiciais, policiais, de supervisão ou outras para o cumprimento de obrigações legais, bem como a outras pessoas ou entidades que atuem como responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais, coresponsáveis pelo tratamento, subcontratantes, subsubcontratantes ou destinatárias, na estrita medida em que tal se afigure necessário ao estabelecimento ou execução da relação associativa ou ao exercício de qualquer direito daí decorrente, a advogados, solicitadores, agentes de execução, técnicos oficiais de contas ou outras pessoas ou entidades.

Sem prejuízo de poder recorrer a outras vias administrativas ou judiciais tem ainda o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo, caso considere que o MGAM ou outra pessoa ou entidade que trate os seus dados por conta do MGAM violaram algum dos seus direitos enquanto titular dos dados (à data a Comissão Nacional de Proteção de Dados, contactos, através do endereço https://www.cnpd.pt/bin/duvidas/queixas_frm.aspx).